

---

# REFERÊNCIAS

- ABENDROTH, Wolfgang. El Estado de Derecho democrático y social como proyecto político. *In: ABENDROTH, Wolfgang; FORSTHOFF, Ernst; DOEHRING, Karl. El Estado social*. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1986.
- ABRAHAM, Marcus. *Curso de direito financeiro brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- ABRAHAM, Marcus. O perfil jurídico das metas e do equilíbrio fiscal. *Jota*, 5 nov. 2015. Disponível em: <https://jota.info/colunas/coluna-fiscal/coluna-fiscal-o-perfil-juridico-das-metas-e-do-equilibrio-fiscal-05112015>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- AFONSO, José Roberto. Dívida pública no Brasil: medidas e significados. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]*, v. 18, n° 2, p. 309-320, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/15135>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- AFONSO, José Roberto; JUNQUEIRA, Gabriel. O federalismo fiscal na organização do Estado brasileiro pela Constituição de 1988. *In: DANTAS, Bruno et al. (org.). Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois – Estado e economia em vinte anos de mudanças*. Brasília: Senado Federal, 2008, v. 4.

- AFONSO, José Roberto; JUNQUEIRA, Gabriel. *Orçamento e finanças públicas na elaboração da Constituição da República de 1988*. Texto de discussão FGV-Ibre nº 87. São Paulo: FGV, 2015. Disponível em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15401/1512-IBRExTD-ConstituintexOr\\_amento\\_TD\\_87.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15401/1512-IBRExTD-ConstituintexOr_amento_TD_87.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 23 mar. 2020.
- AFONSO, José Roberto; RIBEIRO, Leonardo. Revisão dos gastos públicos no Brasil. *Conjuntura Econômica*, São Paulo, v. 74, nº 9, p. 20-23, set/2020. Disponível em: <https://www.joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2020/09/09Ce-2020-MACRO-Ze-Roberto.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.
- AFONSO, José Roberto; SALTO, Felipe. Partindo rumo a um regime mais responsável. *Conjuntura Econômica*, São Paulo, v. 70, nº 7, p. 18-20, jul. 2016.
- ALBERT, Jean-Luc. *Finances Publiques*. 10. ed. Paris: Dalloz, 2017.
- ALEMANHA. Bundesverfassungsgericht (Tribunal Constitucional Federal Alemão). Segundo Senado. Decisão conjunta dos processos 2 BvR 859/15, 2 BvR 1651/15, 2 BvR 2006/15 e 2 BvR 980/16, de 5 maio 2020. Disponível em: [https://www.bundesverfassungsgericht.de/SharedDocs/Entscheidungen/EN/2020/05/rs20200505\\_2bvr085915en.html](https://www.bundesverfassungsgericht.de/SharedDocs/Entscheidungen/EN/2020/05/rs20200505_2bvr085915en.html). Acesso em: 1 set. 2020.
- ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ALVES, Miguel *et al.* Brasil: avaliação de transparência fiscal. Washington-DC: FMI, 2017.
- AMARAL, Gustavo. *Direito, escassez & escolha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- AMARAL, Vinícius Leopoldino do; MACEDO, Maurício Ferreira de; BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho. Regra de ouro: falhas de concepção e de aplicação no âmbito da União. *Orçamento em Discussão*, Brasília: Senado Federal, nº 46, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/576453>. Acesso em: 2 out. 2020.
- ANDERSON, Julia; DARVAS, Zsolt. *New life for an old framework: redesigning the European Union's expenditure and golden fiscal rules*. Bruxelas: União Europeia, 2020. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/committees/en/supporting-analyses/sa-highlights>. Acesso em: 25 out. 2020.
- ANDRADE, Cesar Augusto Seijas de. *O controle do endividamento público e a autonomia dos entes da federação*. Dissertação (Mestrado). 2012. São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp>.

- br/teses/disponiveis/2/2133/tde-06062013-141952/pt-br.php. Acesso em: 15 jul. 2019.
- ANDRADE, Fernando Rocha. A limitação constitucional do déficit orçamental e sua circunstância (versão provisória do estudo elaborado para publicação na obra *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Aníbal de Almeida*), 2018. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24463/1/A%20limita%C3%A7%C3%A3o%20constitucional%20do%20d%C3%A9fice.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- ARELLANO, Luis Felipe Vidal. *Teoria jurídica do crédito público e operações estruturadas: empréstimos públicos, securitizações, PPPs, garantias e outras operações estruturadas no direito financeiro*. São Paulo: Blucher, 2019.
- ASSONI FILHO, Sérgio. *Transparência fiscal e democracia*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009.
- ASSONI FILHO, Sérgio. *Crédito público e responsabilidade fiscal*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2007.
- ASSONI FILHO, Sérgio; BLIACHERIENE, Ana Carla; ANDRADE, Cesar Augusto Seijas de. Dívida pública. In: OLIVEIRA, Regis Fernandes de; HORVATH, Estevão; SCAFF, Fernando Facury; CONTI, José Mauricio. *Lições de direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- ATALIBA, Geraldo. *Apontamentos de ciência das finanças: direito financeiro e tributário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1969.
- ATALIBA, Geraldo. *Empréstimos públicos e seu regime jurídico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.
- BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à ciência das finanças*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- BANCO MUNDIAL. *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil (v. I: síntese)*. Washington-DC: Banco Mundial, 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em: 12 maio 2020.
- BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. 86<sup>th</sup> Annual Report: 1 April 2015 – 31 March 2016. Basileia, 2016. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/arpdf/ar2016e.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2019.
- BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

- BARROSO, Luís Roberto; MENDONÇA, Eduardo. O Sistema Constitucional Orçamentário. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar; NASCIMENTO, Carlos Valder do (coord.). *Tratado de direito financeiro*. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *Crescimento da dívida pública e política monetária no Brasil (1991-2014)*. Campinas, 2016. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3468&tp=a>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- BEGG, Iain. Fiscal Policy Transparency. In: FORSSBÆCK, Jens; OXELHEIN, Lars (eds.). *The Oxford Handbook of Economic and Institutional Transparency*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.
- BELLVER, Ana; KAUFMANN, Daniel. *Transparenting transparency: initial empirics and policy implications*. Washington-DC: Banco Mundial, 2005. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/SSRN\\_ID808664\\_code163813.pdf?abstractid=808664&mirid=1](https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/SSRN_ID808664_code163813.pdf?abstractid=808664&mirid=1). Acesso em: 8 fev. 2020.
- BERCOVICI, Gilberto. O estado de exceção econômico e a periferia do capitalismo. *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra: Universidade de Coimbra, v. 48, p. 1-9, 2005.
- BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Luís Fernando. A Constituição dirigente invertida: a blindagem da constituição financeira e a agonia da constituição econômica. *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra: Universidade de Coimbra, v. 49, p. 1-23, 2006.
- BINENBOJM, Gustavo. *Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.
- BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho; SILVA, José de Ribamar Pereira da. Uma interpretação para o teor dos dispositivos da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal com limite para o gasto da União, e considerações sobre sua implementação. *Orçamento em Discussão*, Brasília: Senado Federal, nº 34, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/529648>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- BLANCHARD, Olivier; LEANDRO, Álvaro; ZETTELMEYER, Jeromin. *Redesigning EU Fiscal Rules: From Rules to Standards*. Working Paper nº 21-1. Washington-DC: Peterson Institute for International Economics, 2021. Disponível em: <https://www.piie.com/sites/default/files/documents/wp21-1.pdf>. Acesso em 10 maio 2021.

- BÖCKENFÖRDE, Ernst Wolfgang. *Estudios sobre el estado de derecho y la democracia*. Madri: Trotta, 2000.
- BORENSZTEIN, Eduardo; PANIZZA, Ugo. *The costs of sovereign default*. IMF Working Paper n° 08/238. Washington-DC: FMI, 2008. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2008/wp08238.pdf>. Acesso em 13 jun. 2020.
- BORGES, Bráulio Lima. Manifesto por um debate construtivo sobre o teto e as regras fiscais brasileiras. *Blog do Ibre*, FGV/Ibre, São Paulo, 18 ago. 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/manifesto-por-um-debate-construtivo-sobre-o-teto-e-regras-fiscais-brasileiras>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. Nota Técnica do Banco Central do Brasil n° 47: Fatores condicionantes da evolução da dívida pública (Nota Metodológica), Brasília: BCB, 2018.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. Relatório de Inflação, v. 1, n° 1. Brasília: BCB, 1999.
- BRASIL. Presidência da República. Mensagem Presidencial ao Senado Federal n° 1.069, de 3 ago. 2000 (protocolada no Senado Federal sob o n° 154/2000, em 8 ago. 2000). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?d-m=3156523&ts=1567797893879 &disposition=inline>. Acesso em: 7 abr. 2020.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2016. Brasília: STN, 2017.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de Demonstrativos Fiscais*. 9. ed. Brasília: STN, 2018.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de Demonstrativos Fiscais*. 11. ed. Brasília: STN, 2020.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de Estatísticas Fiscais do Boletim Resultado do Tesouro Nacional*. Brasília: STN, 2016.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Relatório Anual da Dívida Pública Federal 2007 (n. 5). Brasília: STN, 2008.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Relatório Anual da Dívida Pública Federal 2019 (n. 17). Brasília: STN, 2020.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Relatório Anual da Dívida Pública Federal 2020 (n. 18). Brasília: STN, 2021.
- BRASIL. Senado Federal. Instituição Fiscal Independente. Relatório de Acompanhamento Fiscal n. 50, de 22 mar. 2021. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em:

- [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/586156/RAF50\\_MAR2021.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/586156/RAF50_MAR2021.pdf). Acesso em: 28 mar. 2021.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 2238, rel. Min. Alexandre de Moraes. Julgada em 21 ago. 2019.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 5683, rel. Min. Luís Roberto Barroso. Decisão monocrática de 29 ago. 2017.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 6357, rel. Min. Alexandre de Moraes. Julgada em 13 maio 2020.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF 45, rel. Min. Celso de Melo. Decisão monocrática de 29 abr. 2004.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 1.084/2018-Plenário, rel. Min. Aroldo Cedraz, de 16 maio 2018.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 1.643/2018-Plenário, rel. Min. Ana Arraes, de 18 jul. 2018.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 2.986/2018-Plenário, rel. Min. Marcos Bemquerer, de 12 dez. 2018.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Referencial Básico de Gestão de Riscos*. Brasília: TCU, 2018. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/21/96/61/6E/05A1F6107AD\\_96FE6F18818A8/Referencial\\_basico\\_gestao\\_riscos.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/21/96/61/6E/05A1F6107AD_96FE6F18818A8/Referencial_basico_gestao_riscos.pdf). Acesso em: 31 maio 2020.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República de 2014. Brasília: TCU, 2016.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República de 2019. Brasília: TCU, 2020.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 2. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2010.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. *Estudos sobre direitos fundamentais*. 1. ed. brasileira. 2. ed. portuguesa. São Paulo: Revista dos Tribunais. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. O princípio da sustentabilidade como princípio estruturante do direito constitucional. *Tékhnē – Revista de Estudos Politécnicos*, v. 1, nº 13. jun. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-99112010000100002](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-99112010000100002). Acesso em: 27 de ago. 2019.

- CANOTILHO, J. J. Gomes; LEITE, José Rubens Morato (org.). *Direito constitucional ambiental brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CARVALHO JUNIOR, Antonio Carlos Costa D'Ávila *et al.* Regra de ouro na Constituição e na LRF: considerações históricas e doutrinárias. *Estudo Técnico Conjunto* n° 2. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2017/etc02-2017-regra-de-ouro-na-constituicao-e-na-lrf-consideracoes-historicas-e-doutrinarias>. Acesso em: 21 maio 2018.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. *Revista Análise Jurídica*, v. 26, n° 50, 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10906/6484>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- CASELLI, Francesca *et al.* *Second-Generation Fiscal Rules: Balancing Simplicity, Flexibility, and Enforceability*. IMF Discussion Note n° 18/04. Washington-DC: FMI, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/~media/Files/Publications/SDN/2018/sdn1804-technical-background-papers.ashx>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- CASELLI, Francesca; REYNAUD, Julien. Do fiscal rules improve the fiscal balance? A new instrumental variable strategy. *In: CASELLI, Francesca et al. Second-Generation Fiscal Rules: Balancing Simplicity, Flexibility, and Enforceability*. IMF Discussion Note n° 18/04. Washington-DC: FMI, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/~media/Files/Publications/SDN/2018/sdn1804-technical-background-papers.ashx>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- CAUTIONARY tales from high-inflation emerging economies. *The Economist*, Londres, 6 nov. 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/11/06/cautionary-tales-from-high-inflation-emerging-economies>. Acesso em: 6 nov. 2021.
- CELASUN, Oya *et al.* *Fiscal Policy in Latin America: Lessons and Legacies of the Global Financial Crisis*. IMF Staff Discussion Note n° 15/06. Washington-DC: FMI, 2015. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2015/sdn1506.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- COMBES, Jean-Louis; DEBRUN, Xavier; MINEA, Alexandru; TAPSOBA, René. *Inflation Targeting and Fiscal Rules: Do Interactions and Sequencing Matter?* IMF Working Paper n° 13/89. Washington-DC: FMI, 2014. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2014/wp1489.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. State of Commodity Dependence 2019. Genebra: Nações Unidas, 2019. Disponível em: [https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditcom2019d1\\_en.pdf](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditcom2019d1_en.pdf). Acesso em: 3 mar. 2020.



- CONTI, José Mauricio. Artigos 32 a 39. In: MARTINS, Ives G. S.; NASCIMENTO, Carlos V. (coord.). *Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CONTI, José Mauricio. Considerações sobre o federalismo fiscal brasileiro em uma perspectiva comparada. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury; BRAGA, Carlos Eduardo Faraco (orgs.). *Federalismo fiscal: questões contemporâneas*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
- CONTI, José Mauricio. *Direito financeiro na Constituição de 1988*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.
- CONTINENTINO, Marcelo Casseb. Proibição do retrocesso social está na pauta do Supremo Tribunal Federal. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 11 abr. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-abr-11/observatorio-constitucional-proibicao-retrocesso-social-pauta-stf>. Acesso em: 1º dez. 2018.
- COURI, Daniel Veloso *et al.* *Regra de ouro no Brasil: balanço e desafios*. Estudo Especial nº 5. Brasília: IFI, 2018. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/540060/EE\\_n05\\_2018.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/540060/EE_n05_2018.pdf). Acesso em: 16 maio 2018.
- CUNDA, Daniela Zago Gonçalves da. Controle de sustentabilidade fiscal pelos Tribunais de Contas: tutela preventiva da responsabilidade fiscal e a concretização da solidariedade intergeracional. In: LIMA, Luiz Henrique; OLIVEIRA, Weder de; CAMARGO, João Batista (coord.). *Contas governamentais e responsabilidade fiscal: desafios para o controle externo – estudos de ministros e conselheiros substitutos dos Tribunais de Contas*. Belo Horizonte, Fórum, 2017.
- CUNHA, Daniel Carvalho; LEISTER, Mauricio Dias. Dívida pública, efeito riqueza e potência da política monetária. *Informações Fipe*, São Paulo, nº 420, p. 23-28, set. 2015.
- DAHL, Robert. *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven-CT, US: Yale University Press, 1971.
- DALLAVERDE, Alexsandra Katia. *A titularidade exercida pelo poder executivo sobre a gestão das finanças públicas e o desequilíbrio causado no quadro da separação de poderes*. São Paulo: USP, Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-14102010-162305/pt-br.php>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- DE LA TORRE, Augusto; FILIPPINI, Federico; IZE, Alain. *The Commodity Cycle in Latin America: Mirages and Dilemmas*. Washington-DC: Banco Mundial, 2016. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/111551468184737421/>



- pdf/105074-PUB-PUBLIC-ADD-ISBN-DOI-LACApril2016-9781464809149.pdf. Acesso em: 4 mar. 2020.
- DELFINO, Denísio Augusto Liberato. *Ensaio em dívida soberana*. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9900>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- DIAS, Fernando Álvares Correia. *O controle institucional das despesas com pessoal*. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-54-o-controle-institucional-das-despesas-com-pessoal>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- DÍAZ, Elías. *Estado de derecho y sociedade democrática*. Madri: Edicusa, 1979.
- EICHENGREEN, Barry; EL-GANAINY, Asmaa; ESTEVES, Rui Pedro; MITCHENER, Kris James. *Public Debt Through the Ages*. IMF Working Paper nº 19/6. Washington-DC: FMI, 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2019/01/15/Public-Debt-Through-the-Ages-46503>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- FACHIN, Luiz Edson; MACHADO FILHO, Roberto Dalledone. Estado democrático de direito e controle judicial de uma administração pública complexa: breves reflexões. In: WALD, Arnoldo; JUSTEN FILHO, Marçal; PEREIRA, Cesar Augusto Guimarães (org.). *O direito administrativo na atualidade: estudos em homenagem ao centenário de Hely Lopes Meirelles 1917-2017: defensor do estado de direito*. São Paulo: Malheiros, 2017.
- FANG, Xiangming; KIM, Young; LLEDÓ, Victor; MBAYE, Samba; YOON, Sungwook. *Fiscal Rules at a Glance*. Washington-DC: FMI, 2017.
- FARIA, Rodrigo de Oliveira. Reflexões do endividamento nas relações federativas brasileiras. In: CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury; BRAGA, Carlos Eduardo Faraco (orgs.). *Federalismo fiscal: questões contemporâneas*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. A disciplina constitucional das crises econômico-financeiras. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, nº 181/182, p. 21-37, jul./dez. 1990.
- FIGUEIREDO, Carlos Maurício; NÓBREGA, Marcos. *Responsabilidade fiscal: aspectos polêmicos*. Belo Horizonte: Fórum, 2006.
- FONSECA, Rafael Campos Soares da. *O orçamento público e suas emergências programadas*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

- FONSECA, Reynaldo Soares da. *O princípio constitucional da fraternidade*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.
- FORSSBÆCK, Jens; OXELHEIN, Lars. The Multifaceted Concept of Transparency. In: FORSSBÆCK, Jens; OXELHEIN, Lars (eds.). *The Oxford Handbook of Economic and Institutional Transparency*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.
- FORSTHOFF, Ernst. Concepto y Esencia del Estado Social de Derecho. In: ABENDROTH, Wolfgang; FORSTHOFF, Ernst; DOEHRING, Karl. *El Estado Social*. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1986.
- FREITAS, Juarez. *Direito fundamental à boa administração pública*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
- FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Fiscal Rules – Anchoring Expectations for Sustainable Public Finances*. Washington-DC: FMI, 2009.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Fiscal Transparency Handbook*. Washington-DC: FMI, 2018.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Government Finance Statistics Manual – GFS 2014*. Washington-DC: FMI, 2014.
- FURMAN, Jason; SUMMERS, Lawrence. *A Reconsideration of Fiscal Policy in the Era of Low Interest Rates*. Discussion Draft, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www.piie.com/system/files/documents/furman-summers2020-12-01paper.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2021.
- GALA, Paulo. Breve histórico da taxa de juros real no Brasil. 30 out. 2019. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/breve-historico-da-taxa-de-juros-real-no-brasil-2/>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GOBETTI, Sérgio Wulff. *Regras fiscais no Brasil e na Europa: um estudo comparativo e propositivo*. Texto para discussão Ipea nº 2018. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121671/1/815273592.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- GOBETTI, Sérgio Wulff; GOUVÊA, Raphael Rocha; SCHETTINI, Bernardo Patta. *Resultado fiscal estrutural: um passo para a institucionalização de políticas anticíclicas no Brasil*. Texto para discussão Ipea nº 1515. Brasília: Ipea, 2010. Disponível

- em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1363/1/TD\\_1515.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1363/1/TD_1515.pdf). Acesso em: 3 ago. 2020.
- HÄBERLE, Peter. A constitutional law for future generations. In: TREMMEL, Joerg Chet (ed.). *Handbook of Intergenerational Justice*. Cheltenham-GB; Northampton-MA, US: Edward Elgar, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. 2 ed. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003. v. 1.
- HAMEED, Farhan. *Fiscal transparency and economic outcomes*. Washington-DC: FMI, 2005.
- HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HARADA, Kiyoshi. *Responsabilidade fiscal: Lei Complementar nº 101/2000 comentada e legislação correlata anotada*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
- HODGE, Andrew; KIM, Young; LLEDÓ, Victor. The emergence of a second generation of fiscal rules. In: CASELLI, Francesca et al. *Second-Generation Fiscal Rules: Balancing Simplicity, Flexibility, and Enforceability*. IMF Discussion Note nº 18/04. Washington-DC: FMI, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/~/media/Files/Publications/SDN/2018/sdn1804-technical-background-papers.ashx>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- HOLMES, Stephen; SUSTEIN, Cass. *The Cost of rights: why liberty depends on taxes*. Nova Iorque: W. W. Norton and Company, 1999.
- HORVATH, Estevão; OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Manual de direito financeiro*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- IS MODERN monetary theory nutty or essential? *The Economist*, Londres, v. 430, nº 9134, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2019/03/14/is-modern-monetary-theory-nutty-or-essential>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- ISMIHAN, Mustafa; ÖZKAN, F. Gülçin. The Golden Rule of Public Finance: A Panacea? *Ekonomi-tek*, Ankara, v. 1, nº 2, maio 2012. Disponível em: [http://ekonomitek.org/pdf/no2\\_07\\_ismihan\\_ozkan.pdf](http://ekonomitek.org/pdf/no2_07_ismihan_ozkan.pdf). Acesso em: 3 jun. 2018.
- JAHAN, Sarwat. Inflation Targeting: Holding the Line. *Finance & Development*. Washington-DC: FMI, 2017. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/basics/target.htm>. Acesso em: 21 nov. 2019.
- JALORETTO, Cláudio. *Senhoriagem e financiamento do setor público*. Dissertação (Mestrado). Brasília: Faculdade de Administração, Economia, Contabilidade e Gestão Pública, Universidade de Brasília, 2005.

- JANSSEN, John. *New Zealand's Fiscal Policy Framework: Experience and Evolution*, New Zealand Treasury Working Paper 01/25, Wellington: New Zealand Treasury, 2001.
- JOHNSON, Eric E. Judicial Review of Uncertain Risks in Scientific Research. In: MOTET, Gilles; BIEDER, Corinne (eds.). *The Illusion of Risk Control: What Does it Take to Live With Uncertainty?* Cham-CH: Springer Open, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-3-319-32939-0>. Acesso em: 1º jun. 2020.
- JONUNG, Lars; LARCH, Martin. Improving Fiscal Policy in the EU: The case for independent forecasts. *European Economy*, nº 210. Bruxelas: Comissão Europeia, Diretório-Geral de Relações Econômicas e Financeiras, 2004. Disponível em: [https://ec.europa.eu/economy\\_finance/publications/pages/publication642\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/economy_finance/publications/pages/publication642_en.pdf). Acesso em: 6 jun. 2020.
- KALAN, Diaz Federico; POPESCU, Adina; REYNAUD, Julien. Cost of Not Complying with Fiscal Rules: A European Perspective. In: CASELLI, Francesca *et al.* *Second-Generation Fiscal Rules: Balancing Simplicity, Flexibility, and Enforceability*. IMF Discussion Note nº 18/04. Washington-DC: FMI, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/~media/Files/Publications/SDN/2018/sdn1804-technical-background-papers.ashx>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- KANAYAMA, Rodrigo Luís. Regime constitucional das finanças públicas. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRA, André Luiz (coords.). *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Tomo Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: PUC-SP, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/46/edicao-1/regime-constitucional-das-financas-publicas>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- KOPITS, George; CRAIG, Jon. *Transparency in Government Operation*. IMF Occasional Paper nº 158. Washington-DC: FMI, 1998. Disponível em: [https://www.elibrary.imf.org/doc/IMF084/07499-9781557756978/07499-9781557756978/Other\\_formats/Source\\_PDF/07499-9781452712680.pdf](https://www.elibrary.imf.org/doc/IMF084/07499-9781557756978/07499-9781557756978/Other_formats/Source_PDF/07499-9781452712680.pdf). Acesso em: 12 jan. 2020.
- KRUGMAN, Paul. Debt Is Good. *The New York Times*. 21 ago. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/08/21/opinion/paul-krugman-debt-is-good-for-the-economy.html>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- KRUGMAN, Paul. Debt, Diversion, Distraction. *The New York Times*. 22 out. 2016. Disponível em: <https://krugman.blogs.nytimes.com/2016/10/22/debt-diversion-distraction/>. Acesso em: 27 mar. 2019.

- KRUGMAN, Paul. Nobody Understands Debt. *The New York Times*. 9 fev. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/02/09/opinion/paul-krugman-nobody-understands-debt.html>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- LABAND, Paul. *Derecho Presupuestario*. Trad. José Zamit. Madri: Instituto de Estudios Fiscales, 1979.
- LAPATZA, José Juan Ferreiro. *Curso de derecho financiero español*. 18. ed. Madri: Marcial Pons, 1996.
- LAURENS, Bernard; DE LA PIEDRA, Enrique G. *Coordination of Monetary and Fiscal Policies*. IMF Working Paper nº 98/25. Washington-DC: FMI, 1998. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9825.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.
- LEITE, Geilson Salomão. Crédito e empréstimo público. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar; NASCIMENTO, Carlos Valder do (coord.). *Tratado de direito financeiro*. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 2.
- LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Reflexões em torno do princípio republicano. In: VELLOSO, Carlos Mario da Silva; ROSAS, Roberto; AMARAL, Antônio Carlos Rodrigues do (coord.). *Princípios constitucionais fundamentais: estudos em homenagem ao professor Ives Gandra da Silva Martins*. São Paulo: Lex, 2005.
- LHONEUX, Etienne de. The Eurosystem. In: AMICORUM, Liber; GARAVELLI, Paolo Zamboni. *Legal aspects of the European system of central banks*. Frankfurt: European Central Bank, 2005.
- LIMA, Rodrigo Medeiros de. Adoção de uma contabilidade pública uniforme em âmbito nacional como instrumento de aperfeiçoamento do controle do endividamento subnacional. In: CONTI, José Mauricio (coord.). *Dívida pública*. São Paulo: Blucher, 2019.
- LIMA, Rodrigo Medeiros de. Justiça distributiva e retrocesso social constitucionalmente considerado. *Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDFFE*, Belo Horizonte, ano 8, nº 15, p. 187-217, mar./ago. 2019.
- LLEDÓ, Victor; REUTER, Wolf Heinrich. The dynamics of fiscal rules compliance. In: CASELLI, Francesca *et al.* *Second-Generation Fiscal Rules: Balancing Simplicity, Flexibility, and Enforceability*. IMF Discussion Note nº 18/04. Washington-DC: FMI, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/~media/Files/Publications/SDN/2018/sdn1804-technical-background-papers.ashx>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- LLUSSÁ, Fernanda Antonia Josefa. *Credibilidade e administração da dívida pública: um estudo para o Brasil*. Brasília: ESAF, 1997. Disponível em: [295](http://biblioteca-</a></p></div><div data-bbox=)

- digital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5421/1199700869.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 jul. 2019.
- LOCHAGIN, Gabriel Loretto. *Elementos jurídicos da reestruturação internacional da dívida pública*. São Paulo: Blucher, 2017.
- LOCHAGIN, Gabriel Loretto; DOMINGUES, Juliana Oliveira. O sistema de integração das normas constitucionais de limitação ao endividamento público. *Justiça do Direito*, Passo Fundo, v. 31, n° 3, p. 559-584, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rjd.v31i3.7403>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. *Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- LUHMANN, Niklas. *Los derechos fundamentales como institución*. Aportación a la sociología política. México: Universidad Iberoamericana, 2010.
- LUQUE, Carlos Antonio; ZAGHA, Nessim Roberto; SILBER, Simão Davi. Experiências fiscais contracionistas para reduzir a dívida pública e acelerar o crescimento. *Boletim Informações Fipe*, São Paulo, n° 433, p. 7-10, 2016. Disponível em: <http://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif433a.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- MAGALHÃES, Luís Carlos G.; COSTA, Carla Rodrigues. *Arranjos institucionais, custos da dívida pública e equilíbrio fiscal: a despesa “ausente” e os limites do ajuste estrutural*. Texto para discussão Ipea 2403. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8594/1/TD\\_2403.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8594/1/TD_2403.pdf). Acesso em: 21 jul. 2019.
- MARINO, Leonardo Romero. Moldando a “reserva do possível” no tempo: a sustentabilidade fiscal como direito difuso fundamental. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 5, n° 1, p. 170-193, 2015.
- MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. *Transparência administrativa: publicidade, motivação e participação popular*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MBAYE, Samba; TURE, Elif. What makes fiscal rules effective: Lessons from case studies. In: CASELLI, Francesca *et al.* *Second-Generation Fiscal Rules: Balancing Simplicity, Flexibility, and Enforceability*. IMF Discussion Note n° 18/04. Washington-DC: FMI, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/~media/Files/Publications/SDN/2018/sdn1804-technical-background-papers.ashx>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- MELO, Marcus André *et al.* Why do some governments resort to “creative accounting” but not others? Fiscal governance in the Brazilian federation. *International Political Science Review*, v. 35, n° 5, p. 595-612, 2014.

- MELVIN, Don. Between rock, hard place, Greece picks austerity. How did it get into this mess?, *CNN*, Atlanta – GA, US, 13 jul. 2015. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2015/07/13/europe/how-greece-reached-this-point/index.html>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- MENDES, Armindo Ribeiro. *In: Colóquio A crise e os seus efeitos previsíveis no direito*. Organizado pelo Supremo Tribunal de Justiça Português. Lisboa, 23 nov. 2011.
- MENDES, Gilmar Ferreira; CORREIA NETO, Celso de Barros. Transparência fiscal. *In: NASCIMENTO, Carlos Valder do; MENDES, Gilmar Ferreira; MARTINS, Ives Gandra da Silva (coords.). Tratado de direito financeiro*. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1.
- MENDES, Gilmar Ferreira; GONET BRANCO, Paulo Gustavo. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MENDES, Marcos José. O teto de gastos e a proteção aos pobres. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 25 set. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/09/1815978-o-teto-de-gastos-e-a-protecao-aos-pobres.shtml?cmpid=compfb>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- MENDES, Marcos José. *Por que o Brasil cresce pouco?: desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- MENDES, Marcos José. *Emenda Constitucional 109 (PEC Emergencial): a fragilidade e a incerteza fiscal permanecem*. São Paulo: Insper, 2021.
- MESSEMBERG, Roberto Pires; CIRNE DE TOLEDO, Joaquim Elói. *Dívida pública, inflação e distribuição de renda*. 1994. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- MIRANDA, Jorge. *Manual de direito constitucional*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1988. t. 2.
- MISHKIN, Frederic S. Symposium on the Monetary Transmission Mechanism. *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, nº 4, p. 3-10, 1995.
- MONTEIRO, Jorge Vianna. *Como funciona o governo: escolhas públicas na democracia representativa*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- MONTEIRO, Jorge Vianna. *Governo e crise: escolhas públicas no Brasil e no mundo, 2007-2011*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- MONTES, Gabriel Caldas. Gestão da dívida pública, reputação fiscal e risco-país: evidências empíricas para o Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, nº 44, p. 343-373, jan./jun. 2015.



- MONTORO, Eugenio Augusto Franco. *Elementos de direito financeiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Cidadania e administração de resultado: economia, planejamento e controle prospectivo numa perspectiva jurídica. *Revista Direito e Cidadania*, v. 1, nº 2, p. 535-548, 2006.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Considerações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal: finanças públicas democráticas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Estabilização Monetária. *Revista de Direito Administrativo*, nº 196, p. 7-19, abr./jun. 1994.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Estado, economia e neoconstitucionalismo (notas sobre o caso brasileiro). In: QUARESMA, Regina; OLIVEIRA, Maria Lúcia de Paula; OLIVEIRA, Farlei Martins Riccio de (org.). *Neoconstitucionalismo*. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 207-224.
- MORRISON, Fred L. (ed.). *Fiscal Rules – Limits on Governmental Deficits and Debt*. Minneapolis-MN, US: Springer, 2016.
- MOSTACCI, Edmondo. From the Ideological Neutrality to the Neoclassical Inspiration: The Evolution of the Italian Constitutional Law of Public Debt and Deficit. In: MORRISON, Fred L. (ed.). *Fiscal Rules: Limits on Governmental Deficits and Debt*. Minneapolis-MN, US: Springer, 2016.
- MOTA, Maurício. Princípio da precaução no direito ambiental: uma construção a partir da razoabilidade e da proporcionalidade. *Revista de Direito do Estado*, nº 4, ano 1, p. 245-76, out-dez. 2006.
- MUDROVITSCH, Rodrigo. *Democracia e governo representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- NABAIS, José Casalta. Algumas considerações sobre a solidariedade e a cidadania. *Boletim da Faculdade de Direito*, Universidade de Coimbra, Coimbra, v. 75, p. 148, 1999.
- NABAIS, José Casalta. Algumas reflexões sobre o actual estado fiscal. *Revista Virtual da AGU*, ano II, nº 09, abr. 2001. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/892381>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- NABAIS, José Casalta. Da sustentabilidade do estado fiscal. In: NABAIS, José Casalta; SILVA, Suzana Tavares da Silva (coord.). *Sustentabilidade fiscal em tempos de crise*. Coimbra: Almedina, 2011.

- NANDA, Ved. P. Limitations on Government Debt and Deficits in the United States. In: MORRISON, Fred L. (ed.). *Fiscal Rules: Limits on Governmental Deficits and Debt*. Minneapolis, Minnesota-MN, US: Springer, 2016.
- NASCIMENTO, Leandro Maciel do. *O relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil à luz do Direito Financeiro: conta única do Tesouro Nacional, carteira de títulos e resultados do Banco Central*. São Paulo: USP, Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.
- NOVAIS, Jorge Reis. *Contributo para uma Teoria do Estado de Direito*. Coimbra: Almedina, 2016.
- NOVAIS, Jorge Reis. *Direitos sociais: teoria jurídica dos direitos sociais enquanto direitos fundamentais*. 1. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes. Empréstimos públicos no Brasil. In: MELLO, Celso Antônio Bandeira de (org.). *Estudos em homenagem a Geraldo Ataliba*, v. 1 – direito tributário. São Paulo: Malheiros, 1997.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes. *Gastos públicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes. Regime constitucional do direito financeiro. In: TORRES, Heleno Taveira (coord.). *Tratado de direito constitucional tributário: estudos em homenagem a Paulo de Barros Carvalho*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes. *Responsabilidade fiscal*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes. Segurança jurídica: previsibilidade. In: DALLARI, Adilson Abreu *et al.* *Segurança jurídica no Brasil*. São Paulo: RG Editores, 2012.
- OLIVEIRA, Weder de. *Curso de responsabilidade fiscal: direito, orçamento e finanças públicas*. Belo Horizonte: Fórum, 2013.
- ORAIR, Rodrigo Octávio. *Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal*. Texto para discussão Ipea nº 2215. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6873/1/TD\\_2215](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6873/1/TD_2215). PDF. Acesso em: 2 mar. 2020.
- ORENG, Maurício. Superávit primário estrutural – uma proposta de mudança. In: SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto (org.). *Finanças públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. OCDE Sovereign Borrowing Outlook 2017. Paris: OCDE, 2017.

- PANIZZA, Ugo. *Domestic and External Public Debt in Developing Countries*. Discussion Papers nº 188, mar. 2008. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD. Disponível em: [http://www.unctad.org/en/docs/osgdp20083\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/osgdp20083_en.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.
- PARREIRAS, Maria Araujo. *A estrutura institucional da dívida pública brasileira e seus impactos sobre a gestão da política monetária: uma análise empírica do regime de metas para a inflação*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-28012008-105531/pt-br.php>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- PEDERIVA, João Henrique. 20 anos de Constituição: Congresso Nacional e coordenação das políticas fiscal e monetária. In: DANTAS, Bruno *et al.* (org.). *Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois – Estado e economia em vinte anos de mudanças*. Brasília: Senado Federal, 2008, v. 4.
- PEDRAS, Guilherme Binato Villela. História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais. In: SILVA, Anderson Caputo; CARVALHO, Lena Oliveira de; MEDEIROS, Otavio Ladeira De (org.). *Dívida pública: a experiência brasileira*. Brasília: STN, 2009.
- PEREIRA, César A. Guimarães. O endividamento público na Lei de Responsabilidade Fiscal. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). *Aspectos relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal*. São Paulo: Dialética, 2001.
- PINHEIRO, Alexandre Sousa. A jurisprudência da crise: Tribunal Constitucional português (2011-2013). *Observatório da Jurisdição Constitucional*, ano 7, nº 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/observatorio/article/viewFile/961/641>. Acesso em: 2 dez. 2018.
- PINTO, Élide Graziane. *Financiamento de direitos fundamentais: políticas públicas vinculadas, estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós-Plano Real*. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.
- PINTO, Élide Graziane; AFONSO, José Roberto; PORTO, Lais Khaled. Limites à dívida consolidada e mobiliária da União: um estudo acerca da inconstitucionalidade por omissão na falta de fixação do seu regime jurídico. In: CONTI, José Mauricio (coord.). *Dívida pública*. São Paulo: Blucher, 2019.
- PIRES, Manoel. Credibilidade na política fiscal: uma análise preliminar para o Brasil. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 10, nº 3, p. 367-375, set./2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/927/939>. Acesso em: 15 jul. 2019.

- PIRES, Manoel. O novo regime fiscal na pandemia. *Blog do Ibre*, FGV/Ibre, São Paulo, 2 out. 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-novo-regime-fiscal-na-pandemia>. Acesso em: 27 out. 2020.
- PIRES, Manoel; ANDRADE, Joaquim Pinto. Uma análise da transmissão da política monetária e o canal da dívida pública com aplicação aos dados brasileiros. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 13, n° 4, p. 439-462, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/1024/1036>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- PORTUGAL. Conselho de Finanças Públicas. Objetivo de médio prazo: revisões, trajetória de convergência e condições para a sua flexibilização. Originalmente publicada no Relatório n° 6/2016 do CFP “Análise do Programa de Estabilidade 2016-2020”. Lisboa: CFP, 2016. Última atualização: out. 2018. Disponível em: <https://www.cfp.pt/pt/caixas/financas-publicas/objetivo-de-medio-prazo-revisoes-convergencia-e-flexibilidade>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- PORTUGAL. Tribunal Constitucional. Acórdão n° 187/2013, de 5 abr. 2013.
- PORTUGAL. Tribunal Constitucional. Acórdão n° 353/2012, de 3 set. 2012.
- PORTUGAL. Tribunal Constitucional. Acórdão n° 396/2011, de 21 set. 2011.
- PORTUGAL. Tribunal Constitucional. Acórdão n° 399/2010, de 27 out. 2010.
- PORTUGAL. Tribunal Constitucional. Acórdão n° 413/2014, de 30 maio 2014.
- PORTUGAL. Tribunal Constitucional. Acórdão n° 574/2014, de 3 set. 2014.
- POTTER, Barry. Budgetary and Financial Management. *Fiscal federalism in theory and practice*. Washington-DC: FMI, 1997.
- PRADO, Gabriel Leal. Exceção econômica e governo de crise nas democracias. In: NABAIS, José Casalta; SILVA, Suzana Tavares da (coord.). *Sustentabilidade fiscal em tempos de crise*. Coimbra: Almedina, 2011. p. 93-128.
- PROSSER, Tony. Limitations on Government Debt and Deficits in the United Kingdom. In: MORRISON, Fred L. (ed.). *Fiscal Rules: Limits on Governmental Deficits and Debt*. Minneapolis-MN, US: Springer, 2016.
- PÜNDER, Hermann. Objects and Procedures of Budgetary Planning and Limits to Borrowing (“Debt Brake”) in the Federal Republic of Germany. In: MORRISON, Fred L. (ed.). *Fiscal Rules: Limits on Governmental Deficits and Debt*. Minneapolis-MN, US: Springer, 2016.
- QUINTAS, Fábio Lima; LIMA, Altair Roberto de. Uma análise sobre a ADPF 341 do STF: a possibilidade de revisão da política pública de ensino superior relacionada ao financiamento estudantil (FIES) em visto do princípio que veda o retrocesso

- social (proibição de regressividade). *Revista da AGU*, Brasília, ano 14, nº 2, p. 45-72, abr./jun. 2015.
- RANIERI, Nina. *Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito*. 2. ed. Barueri-SP: Manole, 2019.
- RAPPEPORT, Alan. The Debt Ceiling: Why We Have It, and What Would Happen if It Died. *The New York Times*, Nova Iorque, 7 set. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/07/us/politics/debt-ceiling-explanation.html>. Acesso em: 2 abr. 2020.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- REINHART, Carmen M.; ROGOFF, Kenneth S. *Oito séculos de delírios financeiros: desta vez é diferente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- REINHART, Carmen M.; ROGOFF, Kenneth S.; SAVASTANO, Miguel A. *Debt Intolerance*. NBER Working Paper 9908. Cambridge-MA, US: National Bureau of Economic Research, 2003. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w9908.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- RESENDE, André Lara. Consenso e contrassenso: déficit, dívida e previdência. *Valor Econômico*, São Paulo, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/cultura/6149709/consenso-e-contrassenso-deficit-divida-e-previdencia>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- RESENDE, André Lara. O equívoco dos juros altos. *Valor Econômico*. São Paulo, 9 ago. 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/cultura/6383355/andre-lara-resende-o-equivoco-dos-juros-altos>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- RESENDE, Fernando. Brasil: conflitos federativos e reforma tributária. In: RESENDE, Fernando (coord.). *Desafios do federalismo fiscal*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ROBINSON, Marc. Measuring Compliance with the Golden Rule. *Fiscal Studies*, v. 19, nº 4, p. 447-462, 1998. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/7107866.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2018.
- ROBINSON, Marc. Spending Reviews. *OECD Journal on Budgeting*, v. 2013/2. Paris: OCDE, 2014. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/governance/spending-reviews\\_budget-13-5jz14bz8p2hd#page43](https://read.oecd-ilibrary.org/governance/spending-reviews_budget-13-5jz14bz8p2hd#page43). Acesso em: 29 set. 2020.
- ROCHA JÚNIOR, Luíz Clóvis Machado da. *O direito das gerações futuras: uma compreensão adequada ao constitucionalismo do século XXI*. Porto Alegre: Metamorfose, 2017.

- ROCHA, Antonio Sérgio Carvalho. As partes e o todo: Congresso Nacional, Executivo e o problema do orçamento no Brasil. *Perspectivas*, São Paulo, v. 34, p. 55-78, jul./dez. 2008.
- ROCHA, Francisco Sérgio Silva. Considerações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e o equilíbrio do orçamento público. In: SCAFF, Fernando Facury; CONTI, José Maurício (org.). *Lei de Responsabilidade Fiscal – 10 anos de vigência*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
- ROCHA, Sonia. O declínio da desigualdade de renda no Brasil (1997-2009), *Economia*, Brasília, v. 13, n° 3, p. 629-645, set./dez. 2012. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3ap629\\_645.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3ap629_645.pdf). Acesso em: 22 nov. 2019.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*. Texto para discussão Ipea n° 721. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0721.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0721.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.
- RUBINSTEIN, Flávio. Notas sobre a transparência fiscal no direito brasileiro. In: CONTI, J. Mauricio; SCAFF, Fernando F. (coords.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN B., Felipe. *Macroeconomia: em uma economia global*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- SALAMA, Bruno M. The Art of Law & Macroeconomics. *University of Pittsburgh Law Review*, v. 74, 2011. Disponível em: [http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11193/RPS\\_73\\_final.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11193/RPS_73_final.pdf?sequence=1). Acesso em: 15 jul. 2019.
- SALTO, Felipe. Os quatro problemas da PEC do Teto. *Brasil, Economia e Governo*. 13 out. 2016. Disponível em: <http://itv.org.br/pensando-o-brasil/economia/os-quatro-problemas-da-pec-do-teto>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto (org.). *Finanças públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- SALTO, Felipe; COURI, Daniel; PELLEGRINI, Josué. *Considerações sobre o teto de gastos da União*. Comentários da IFI n° 9. Brasília: IFI, 2020. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/575583/C19\\_AGO2020\\_Consideracoes\\_teto\\_gastos.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/575583/C19_AGO2020_Consideracoes_teto_gastos.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.
- SANDS, Philippe. O princípio da precaução. In: PLATIAU, Ana Flávia Barros; VARELLA, Marcelo Dias (orgs). *Princípio da precaução*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

- SANTISO, Carlos. Parlamentos y presupuestos: la economía política del control presupuestario em America Latina. *Revista Internacional del Presupuesto Público*, nº 62, p. 37-86, nov./dez. 2006.
- SANTOS, Cláudio Hamilton Matos dos; GOUVÊA, Raphael Rocha (org.). *Finanças públicas e macroeconomia no Brasil: um registro da reflexão do Ipea* (2008 – 2014). Rio de Janeiro: Ipea, 2014. v. 1.
- SANTOS, Marta Costa. Novos paradigmas no controlo do sistema fiscal. In: NABAIS, José Casalta; SILVA, Suzana Tavares da (coord.). *Sustentabilidade fiscal em tempos de crise*. Coimbra: Almedina, 2011.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- SCAFF, Fernando Facury. Contas à vista: tributo dói no bolso, porém a dívida pública pode sufocar futuras gerações. *Consultor Jurídico*. 28 nov. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-nov-28/contas-vista-tributo-doi-bolso-divida-publica-sufocar-novas-geracoes>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- SCAFF, Fernando Facury. Crédito público e sustentabilidade financeira. *Revista Fórum de direito financeiro e econômico- RFDFE*, Belo Horizonte: Fórum, v. 3, nº 5, p. 55–70, mar./ago., 2014.
- SCAFF, Fernando Facury. Direitos fundamentais sociais e proibição de retrocesso: algumas notas sobre o desafio da sobrevivência dos direitos sociais em um contexto de crise. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, São Paulo, nº 4, p. 241-271, jul./dez. 2004.
- SCAFF, Fernando Facury. Equilíbrio orçamentário, sustentabilidade financeira e justiça intergeracional. *Interesse Público*, Belo Horizonte, v. 16, nº 85, p. 37-50, maio/jun. 2014.
- SCAFF, Fernando Facury. *Orçamento republicano e liberdade igual: ensaio sobre direito financeiro, república e direitos fundamentais no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
- SCAFF, Fernando Facury; ROCHA, Francisco Sergio. Equilíbrio orçamentário e sustentabilidade financeira – anotações sobre o Brasil. *Revista dos Tribunais*, v. 925, p. 175, São Paulo, 2012.
- SCHAECHTER, Andrea; BUDINA, Nina; WEBER, Anke. *Fiscal Rules in Response to the Crisis – Toward the “Next-Generation” Rules. A New Dataset*. Washington-DC: FMI, 2012.



- SCHETTINI, Bernardo Patta. Determinação dos superávits do governo central brasileiro: influência da política monetária na ótica de regressões de limiar. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 4, nº 2, p. 241-275, abr./jun. 2014.
- SCHEUERMAN, Willian E. The Economic State of Emergency. *Cardozo Law Review*, v. 21, p. 1869-1894, 1999/2000.
- SCHICK, Allen. Can National Legislatures Regain an Effective Voice in Budget Policy? *OECD Journal on Budgeting*. Paris: OCDE, 2002. Disponível em: <https://www.oecd.org/governance/budgeting/43514045.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- SCHICK, Allen. Post-Crisis Fiscal Rules: Stablishing Public Finance while Responding to Economic Aftershocks. *OECD Journal on Budgeting*. Paris: OCDE, 2010. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/governance/post-crisis-fiscal-rules\\_budget-10-5km7rpkqts1#page1](https://read.oecd-ilibrary.org/governance/post-crisis-fiscal-rules_budget-10-5km7rpkqts1#page1). Acesso em: 20 ago. 2020.
- SCHOLLER, Heinrich. Constituição e direito no processo de globalização: a transição do Estado social e da economia planificada para uma economia de mercado. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *Direitos fundamentais sociais: estudos de direito constitucional, internacional e comparado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- SCHRÖDER, Meinhard. The Concept of Intergenerational Justice in German Constitutional Law. *Ritsumeikan Law Journal*, nº 28, p. 322-323, 2011. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ebdc/b417ab84b17007b4c9aa29a7c2d706181693.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.
- SCHULTE, Bernd. Direitos fundamentais, segurança social e proibição do retrocesso. Trad. Peter Naumann. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *Direitos fundamentais sociais: estudos de direito constitucional, internacional e comparado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- SHAH, Anwar (ed.). *The Practice of Fiscal Federalism: Comparative Perspectives (A Global Dialogue on Federalism, v. 4)*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2007.
- SHAH, Anwar. *Fiscal Federalism and Macroeconomic Governance: For Better or For Worse?* Police Reaseach Working Paper 2005. Washington-DC: Banco Mundial, 1998. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/708461468741368927/pdf/multi-page.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- SILVA, Alexandre Manoel Angelo da; MONTEIRO NETO, Aristides; GERARDO, José Carlos. *Dívidas estaduais, federalismo fiscal e desigualdades regionais no Brasil: percalços no limiar do século XXI*. Texto para discussão Ipea nº 1889. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20473](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20473). Acesso em: 27 mar. 2020.

- SILVA, Aline Dieguez B. de Meneses; MEDEIROS, Otavio Ladeira de. Conceitos e estatísticas da dívida pública. In: SILVA, Anderson Caputo; CARVALHO, Lena Oliveira de; MEDEIROS, Otavio Ladeira de (org.). *Dívida pública: a experiência brasileira*. Brasília: STN, 2009.
- SILVA, Anderson Caputo; CARVALHO, Lena Oliveira De; MEDEIROS, Otavio Ladeira De (org.). *Dívida pública: a experiência brasileira*. Brasília: STN, 2009.
- SILVA, Isabella Fonte Boa Rosa. Endividamento subnacional em um contexto federativo: o caso brasileiro. *Cadernos de Finanças Públicas*. Brasília: ESAF, ano III, nº 3, p. 59-126, jun. 2002. Disponível em: [http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/publicacoesesaf/caderno-financas/CFP3/CFP\\_n3\\_art3.pdf](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/publicacoesesaf/caderno-financas/CFP3/CFP_n3_art3.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.
- SILVA, Rubens Teixeira da; MENDONÇA, Helder Ferreira de. *A importância da credibilidade para o equilíbrio fiscal: uma avaliação para o caso brasileiro*. Brasília: ESAF, 2007. Disponível em: [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio\\_TN/XII-Premio/divida/3afdpXIIPTN/resumo.htm](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XII-Premio/divida/3afdpXIIPTN/resumo.htm). Acesso em: 15 jul. 2019.
- SILVA, Suzana Tavares da. Sustentabilidade e solidariedade em tempos de crise. In: NABAIS, José Casalta; SILVA, Suzana Tavares da (coord.). *Sustentabilidade fiscal em tempos de crise*. Coimbra: Almedina, 2011.
- SILVIA, John; IQBAL, Azhar. Monetary Policy, Fiscal Policy, and Confidence. *International Journal of Economics and Finance*, v. 3, nº 4, p. 22-35, set. 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/272806051\\_Monetary\\_Policy\\_Fiscal\\_Policy\\_and\\_Confidence](https://www.researchgate.net/publication/272806051_Monetary_Policy_Fiscal_Policy_and_Confidence). Acesso em: 22 jul. 2020.
- SOUZA, Saulo Santos de. *Entre performance política e performance fiscal: o legado do Governo Cardoso para o federalismo fiscal brasileiro*. Brasília: ESAF, 2003. Disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio/Premio\\_TN/VIIIPremio/financas/2tefp\\_VIIIPTN/2premio\\_tefp.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio/Premio_TN/VIIIPremio/financas/2tefp_VIIIPTN/2premio_tefp.pdf). Acesso em: 9 jan. 2020.
- STIGLITZ, Joseph E.; ROSENGARD, Jay K. *La economía del sector público*. 4. ed. Barcelona: Antoni Bosch, 2015.
- STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Lisboa: Conjuntura Actual Editora, 2013.
- SUGIMOTO, Kazuyuki; UEDA, Junji. Challenges for Japan's Fiscal Consolidation. *Public Policy Review*, Policy Research Institute, Ministry of Finance of Japan, Tóquio, v. 9, n.4, set. 2013.
- SUNSTEIN, Cass R. Para além do princípio da precaução. *Revista de Direito Administrativo – RDA*, nº 259, p. 11-71, jan./abr. 2012.

- TAVARES, José F. Cosentino; GREGGIANIN, Eugênio; VOLPE, Ricardo A. *Análise das Disposições da EC nº 109/2021*. Cria o Auxílio Emergencial Residual em 2021 e Institui Regras Fiscais de Controle de Gastos. Nota Técnica nº 9/2021. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/NotaTecnica\\_92021\\_EC109\\_21\\_ContenodeGastoseAuxlioEmergencial19mar\\_publicado.pdf](https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/NotaTecnica_92021_EC109_21_ContenodeGastoseAuxlioEmergencial19mar_publicado.pdf). Acesso em: 21 abr. 2021.
- TER-MINASSIAN, Teresa; CRAIG, Jon. Control of subnational government borrowing. In: TER-MINASSIAN, Teresa (ed.). *Fiscal federalism in theory and practice*. Washington-DC: FMI, 1997.
- THE END OF INFLATION? *The Economist*, Londres, v. 433, nº 9164 (Special Report: The world economy), p. 1-12, 12 out. 2019.
- TIBERTO, Bruno Pires; MONTES, Gabriel Caldas. *Influência da gestão da dívida pública sobre a reputação fiscal e o risco país: evidências empíricas após a adoção do regime de metas para inflação no Brasil*. Brasília: ESAF, 2012.
- TOGO, Eriko. *Coordinating Public Debt Management with Fiscal and Monetary Policies: An Analytical Framework*. IMF Policy Research Working Paper nº 4369. Washington-DC: FMI, 2007. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/868491520944150418/PDM-Publications-MacroeconomicPolicies-CoordinatingPDM-ErikoTogo.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- TOMÁŠEK, Michal. The Crisis of the Economic and Monetary Union and Its Solution (or Dissolution?). In: MORRISON, Fred L. (ed.). *Fiscal Rules – Limits on Governmental Deficits and Debt*. Minneapolis-MN, US: Springer, 2016.
- TOOZE, Adam. The Death of the Central Bank Myth. *Foreign Policy*. 13 maio 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/05/13/european-central-bank-myth-monetary-policy-german-court-ruling/>. Acesso em: 13 set. 2020.
- TORRES, Heleno Taveira. *Direito constitucional financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- TORRES, Heleno Taveira. *Direito constitucional tributário e segurança jurídica: metódica da segurança jurídica do Sistema Constitucional Tributário*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- TORRES, Heleno Taveira. O princípio de segurança jurídica na construção do Estado Democrático de Direito. In: DE LUCCA, Newton; MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro; NEVES, Mariana Barboza Baeta (coord.). *Direito constitucional contemporâneo: homenagem ao Professor Michel Temer*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- TORRES, Heleno Taveira. Tributo precisa respeitar valores constitucionais. *Consultor Jurídico*, 27 mar. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-mar-27/>

- consultor-tributario-tributo-respeitar-valores-constitucionais. Acesso em: 2 nov. 2019.
- TORRES, Ricardo Lobo. A metamorfose dos direitos sociais em mínimo existencial. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *Direitos fundamentais sociais: estudos de direito constitucional, internacional e comparado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- TORRES, Ricardo Lobo. *O direito ao mínimo existencial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.
- TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de direito constitucional financeiro e tributário*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- TRUGER, A. *Implementing the golden rule for public investment in Europe: Safeguarding Public Investment and Supporting the Recovery*. Materialien zu Wirtschaft und Gesellschaft n° 138. Working Paper-Reihe der AK-Wien. Viena: AK, 2015. Disponível em: <https://www.awblog.at/wp-content/uploads/2015/03/Endfassung.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2020.
- UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. Comunicação da comissão relativa ao princípio da precaução. Bruxelas, 2 fev. 2000. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/21676661-a79f-4153-b984-aeb28f07c80a/language-pt>. Acesso: 26 maio 2020.
- UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. Eurostat. Provision of deficit and debt data for 2019 (first notification). News Release – Euroindicators n° 65/2020, Luxemburgo: Eurostat, 2020. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/10294648/2-22042020-AP-EN.pdf/6c8f0ef4-6221-1094-fef7-a07764b0369f>. Acesso em: 20 maio 2020.
- UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. *Vade Mecum on the Stability and Growth Pact* (2017 Edition). European Economy Institutional Paper n° 052. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2017. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/ip052\\_en\\_0.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/ip052_en_0.pdf). Acesso em: 14 jun. 2020.
- URBINA, Francisco J. *A critique of proportionality and balancing*. Cambridge-GB; Nova Iorque: Cambridge University Press, 2017.
- VELANDIA, Johanna López; GHIO, Ramiro López. *Regla fiscal para el gobierno central en Colombia: Antecedentes, desempeño y perspectivas*. Documento para Discusión n. IDB – DP-720. Washington-DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2019. Disponível em: [https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Regla\\_fiscal\\_para\\_el\\_gobierno\\_central\\_en\\_Colombia\\_Antecedentes\\_desempe%C3%B1o\\_y\\_perspectivas\\_es.pdf](https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Regla_fiscal_para_el_gobierno_central_en_Colombia_Antecedentes_desempe%C3%B1o_y_perspectivas_es.pdf). Acesso em: 10 ago. 2020.

- VULOVIC, Violeta. *The effect of subnational borrowing control on fiscal sustainability: how to regulate?* IEB Working Paper nº 2010/36, jun. 2010. Disponível em: <http://www.ieb.ub.edu/aplicacio/fitxers/SM10Vulovic.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- WATSON, Matthew. *The Split Personality of Prudence in the Unfolding Political Economy of New Labour*. Warwick-GB: The University of Warwick, 2009. Disponível em: [http://wrap.warwick.ac.uk/1930/1/WRAP\\_Watson\\_pq%28prudence%29.pdf](http://wrap.warwick.ac.uk/1930/1/WRAP_Watson_pq%28prudence%29.pdf). Acesso em: 30 maio 2020.
- WEDY, Gabriel de Jesus Tedesco. O princípio constitucional da precaução: origem, conceito e análise da crítica. *In: Direito federal: Revista da Ajufe*, v. 26, nº 93, p. 223-269, 2. sem. 2013.
- WEDY, Gabriel de Jesus Tedesco. Os fundamentos do princípio da precaução. *Juris Plenum: direito administrativo*, v. 2, nº 8, p. 109-138, dez. 2015.
- WILL SURPRISINGLY high global inflation last? *The Economist*, Londres, 10 jul. 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/briefing/2021/07/10/surprising-levels-of-inflation-are-increasingly-being-driven-by-wages-not-goods>. Acesso em: 6 nov. 2021.
- WYPLOSZ, Charles. *Fiscal Rules: Theoretical Issues and Historical Experiences*. NBER Working Paper 17884. Cambridge-MA, US: National Bureau of Economic Research, 2012. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w17884>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- YARED, Pierre. Rising Government Debt: Causes and Solutions for a Decades-Old Trend. *Journal of Economic Perspectives*, v. 33(2), p. 115-140, 2019. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w24979>. Acesso em: 23 jun. 2019.

### Outros sites consultados

<http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas>

<https://www.gov.br/tesourownacional/pt-br/divida-publica-federal/sobre-a-divida-publica/o-que-e-a-divida-publica-federal>

<https://www.gov.br/tesourownacional/pt-br/divida-publica-federal/sobre-a-divida-publica/a-divida-em-grandes-numeros>

[https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf/2017/31?ano\\_selecionado=2017](https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf/2017/31?ano_selecionado=2017)

